

Câmara Municipal de Aveiro

Gabinete do Presidente

Nota de Imprensa N.º62, de 10 de maio de 2018

Reunião de Câmara - 10 de maio de 2018

Apresentamos por este meio informação sobre as principais deliberações da Reunião do Executivo da Câmara Municipal de Aveiro (CMA), realizada hoje quinta-feira, dia 10 de maio de 2018, no Regimento de Infantaria nº10 em São Jacinto.

1. <u>Atribuição de Distinções Honoríficas 2018</u>

- O Executivo Municipal deliberou aprovar as seguintes propostas de atribuição de Distinções Honoríficas Municipais, que serão entregues na sessão solene do Feriado Municipal de 12 de maio de 2018 (11h30, nos Paços do Concelho):
 - Regimento de Infantaria nº 10, Medalha do Município em Ouro;
- Joaquim António Gaspar de Melo Albino, Medalha de Mérito Municipal em Prata (a título póstumo);
 - António Costeira, Medalha de Mérito Municipal em Cobre;
 - Casimiro Simões Calafate, Medalha de Mérito Municipal em Cobre;
 - David Paiva Martins, Medalha de Mérito Municipal em Cobre;
 - Arlindo Silva, Medalha de Mérito Municipal em Cobre;
 - Ricardo Limas, Medalha de Mérito Municipal em Cobre.

100 Anos de Ouro em Aveiro

A Distinção com a Medalha de Mérito Municipal em Ouro irá acontecer no ano em que o Regimento de Infantaria n.º10 (RI10) comemora o 100° aniversário da sua presença em Aveiro.

A Câmara Municipal de Aveiro (CMA) considera que o RI10 tem sido uma referência na defesa nacional, sendo a única unidade militar portuguesa que na sua história pertenceu aos três ramos das forças armadas (Marinha, Força Aérea e Exército).

O Regimento e a CMA têm vindo a aproximar e reforçar os seus laços de cooperação, bem visíveis no projeto de turismo militar e na realização de dias abertos e outras ações, no âmbito do protocolado e firmado recentemente, destacando-se a obra a inaugurar em junho de 2018 do acesso público ao Molhe Norte.

Com a sua localização singular em São Jacinto, o RI10 assume um papel de extrema importância para o País, e embaixador de Aveiro no mundo, com a participação regular em missões internacionais no âmbito das Organizações Internacionais, na salvaguarda da paz e da vida e dos interesses dos portugueses.

Tem também cooperado em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a qualidade de vida das populações.

Recentemente, num trabalho conjunto e de serviço às boas causas do Município, é de registar uma grande proximidade com a CMA, fazendo de Aveiro, o palco das mais altas comemorações do Dia da Unidade, bem como na realização de exercícios de demonstração e formação junto da Comunidade Aveirense, no âmbito das iniciativas promovidas pelo CMA, sempre numa lógica de Cooperação e Cidadania Ativa e Responsável.

Gaspar Albino, do empreendedorismo, à cultura e cidadania

Joaquim António Gaspar de Melo Albino desenvolveu um trabalho notável e de benemérito ao longo da sua vida, com um realce especial para as áreas da cultura e da cidadania, evidenciando a sua profunda ligação e dedicação a Aveiro.

Foi exemplo de empreendedorismo tendo sido empresário no setor das pescas, bem como nas artes gráficas, um forte impulsionador do associativismo aveirense estando ligado à fundação de várias associações de caris cultural e beneficente: foi diretor do Clube dos Galitos, fundador do CETA, presidente fundador do Lions Clube de Aveiro, sócio fundador do Lions Clube de Santa Joana, vice-governador e Governador do Centro Norte do Lions Clubes e fundador da AMUSA. Foi, ainda, diretor do Jornal Correio do Vouga, e um premiado artista plástico de Aveiro.

Gaspar Albino foi Vereador da Cultura, durante dois mandatos, primeiro secretário do Conselho Municipal de Aveiro e vogal da Assembleia Municipal de Aveiro.

Reconhecido Aveirense – será agraciado a título póstumo com a Medalha de Mérito Municipal em Prata – merecedor do respeito e da consideração de todos, do reconhecimento da

sua partilha de vida, que queremos divulgar como instrumento de estímulo para o crescimento da cidadania ativa e da criação artística apostados que estamos em construir um Município mais desenvolvido e mais forte.

Ex-Presidentes de Junta homenageados

Casimiro Calafate, David Paiva Martins e António Costeira, todos ex-Presidentes das Juntas de Freguesia de Cacia, Aradas e São Jacinto, respetivamente, que cessaram funções no final do mandato 2013/2017, receberão este sábado, 12 de maio, das mãos do Presidente da Câmara Municipal, a Medalha de Mérito Municipal em Cobre, devido ao trabalho feito em prol das suas comunidades, ao longo da sua vida.

Casimiro Simões Calafate, natural de Cacia tem desenvolvido um trabalho de referência em prol da sua Freguesia e do Município de Aveiro, contribuindo de forma relevante para o seu desenvolvimento e afirmação. Iniciou as suas funções autárquicas integrando o executivo da Junta de Freguesia entre 1994 e 2001. De 2001 a 2005 foi membro da Assembleia de Freguesia de Cacia e a partir de 2005 até 2017 cumpriu três mandatos como Presidente da Junta.

Tem ainda um historial de referência no universo associativo tendo sido presidente da Associação dos Lavradores do Baixo Vouga, entre 1993-2003 e desempenhado a função de primeiro vogal da Mesa da Assembleia Geral do Clube Estrela Azul, desde 2001.

Por seu turno, David Paiva Martins natural de Aradas é um estudioso e profundo conhecedor da realidade sociocultural de Aradas, tendo desenvolvido um trabalho de referência em prol da sua cultura e da cidadania, com obras publicadas de historiografia local, contribuindo decisivamente para o conhecimento e divulgação da história e do património de Aradas.

Foi Presidente eleito da Junta de Freguesia entre 2009 e 2017, Presidente de Assembleia de Freguesia entre 1998 e 2002 e vogal do Executivo da Junta entre 1994-1998;

Na sua dedicação a Aveiro exerceu ainda, funções de tesoureiro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia.

Por último António Costeira cumpriu dois mandatos como Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto entre 1998-2001 e 2002-2005, e tem ainda um historial de dedicação ao movimento associativo, apoiando os agentes culturais e recreativos de São Jacinto, aos quais sempre tem dedicado especial atenção, o que contribuiu e contribuiu para o desenvolvimento da sua terra.

A importância da Cultura em Aveiro

Arlindo Silva e Ricardo Limas, dois aveirenses que têm desenvolvido um trabalho de referência em prol da cultura, serão reconhecidos pela CMA, com a Medalha de Mérito Municipal, grau Cobre.

Com uma forte ligação à área da representação, Arlindo Silva tem desempenhando desde os tempos iniciais do CETA – Circulo Experimental de Teatro de Aveiro, uma atividade por mais de cinquenta anos como encenador, produtor e ator.

Ao longo do seu percurso no CETA foi fundamental para que esta companhia teatral obtivesse numerosos prémios e reconhecimento na área do teatro, afirmando a arte da representação em Aveiro, fazendo do CETA um agente cultural de referência nacional.

Por sua vez, Ricardo Limas tem contribuindo para a preservação e difusão do canto coral e dos seus valores identitários.

É um exemplo do movimento associativo de Aveiro, em particular ao serviço por mais de quatro décadas, do Coral Vera Cruz, do qual foi fundador, presidente, coralista e maestro. Paralelamente foi diretor e músico da Banda Amizade.

Nesta sua dedicação à Cidade e ao Município de Aveiro, Ricardo das Neves Limas foi diretor do Sport Clube Beira-Mar, sendo o autor e compositor da Marcha do Clube.

2. <u>Programa Municipal de Apoio ao Associativismo | Apoios financeiros a</u> <u>Associações Desportivas e de Pais - 2017/2018</u>

A cooperação e o apoio às Associações é para a CMA uma área de grande importância no desenvolvimento do Município e na dinamização da Comunidade, por força do relevante interesse público de que se reveste boa parte da atividade das Associações.

Além de todo o trabalho de cooperação que temos realizado ao nível do apoio logístico, da isenção de taxas, da cedência de edifícios, equipamentos, transportes e materiais, entre outros, a CMA lançou no último ano o Programa Municipal de Apoio às Associações (PMAA), visando apoiar financeiramente a atividade e os investimentos das Associações do Município de Aveiro.

Com um balanço extremamente positivo relativo ao primeiro ano de execução do PMAA, reiteramos a aposta na cooperação e no apoio às Associações Desportivas e de Pais, como áreas de grande importância no desenvolvimento do Município e na dinamização da Comunidade, por força do relevante interesse público, pelo que, além de todo o trabalho de cooperação que temos realizado ao nível do apoio logístico, da isenção de taxas, da cedência de

edifícios, equipamentos, transportes e materiais, entre outros, vamos continuar a juntar o apoio financeiro à atividade e aos investimentos das Associações do Município de Aveiro.

Tendo decorrido o período de candidaturas aos vários apoios do PMAA e tendo sido feita a necessária análise, foram reunidas as condições para que o Executivo Municipal aprovasse os apoios financeiros da CMA às Associações Desportivas e de Pais, para as suas atividades regulares e/ou pontuais, assim como para investimentos de 2018, sendo que para as Associações de Pais o período de elegibilidade é o ano letivo 2017/2018 e para as Associações Desportivas a época desportiva 2017/2018.

Face ao exposto o Executivo Municipal deliberou aprovar as minutas dos contratos-programa para o ano letivo 2017/2018, e dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época 2017/2018, representando um investimento global da CMA de 725.650 mil euros (dos quais 180.000€ de compromissos assumidos na época desportiva anterior no financiamento de três relvados sintéticos).

A assinatura dos protocolos de cooperação com estas Associações será realizada na sexta-feira, dia 11 de maio de 2018, pelas 19.00 horas, no Estádio Municipal de Aveiro.

3. Reabilitação da Ligação Eixo-Aveiro / Lançamento de Concurso

O Executivo Municipal deliberou aprovar o projeto de execução e autorizar abertura do concurso para a Reabilitação da Ligação Eixo-Aveiro (ex-EN230), pelo valor base de 210 mil euros (+ IVA), com um prazo de execução de 6 meses.

De acordo com o referido diversas vezes pela CMA, esta é uma estrada de investimento prioritário no mandato autárquico 2017/2021, no que concerne à segurança rodoviária e bemestar dos munícipes que habitam e circulam nesta via.

A intervenção acontecerá em 2,1km, entre a Rua das Arrotas e a passagem de nível de Eixo e prevê ainda obras de colocação de betuminoso, sinalização vertical e horizontal, e infraestruturas de gás natural em cerca de 400 metros, nos arruamentos limítrofes à ex-EN230, nas ruas da Areosa, José Mascarenhas, Manuel Gaspar Fernandes, Prof. João Pinho Brandão, Dr. Alfredo Coelho Magalhães e S. Sebastião (até à Passagem de Nível).

Mais investimento

Na presente empreitada tendo em conta as necessidades locais, encontra-se também prevista a pavimentação com construção de infraestruturas de águas pluviais da rua Abílio

Tavares da Silva e as ruas José António de Carvalho e do Adro de Cima, circundantes à igreja de Eixo.

4. Reabilitação da Estrada de São Bernardo / Lançamento de Concurso

A CMA continua o seu trabalho de recuperação da rede viária municipal, que após o relatório relativo ao Estado de Conservação dos Arruamentos Municipais de 23ABR14, verificou a necessidade de intervenção em quase metade da extensão dos arruamentos, com necessidade de intervenção imediata ou a curto/médio prazo, totalizando cerca de 15 milhões de euros de investimento.

A antiga Estrada Nacional 335, comumente designada como Estrada de São Bernardo (Rua Cónego Maio e Rua Cega), faz parte dos arruamentos de requalificação prioritária.

Desta forma o Executivo Municipal deliberou aprovar o projeto de execução e autorizar a abertura do concurso público para a Reabilitação da Estrada de São Bernardo, pelo valor base de 330.791,34 mil euros (+ IVA), com um prazo de execução previsto de 4 meses.

A empreitada prevê a pavimentação da referida Estrada, colocação de sinalização vertical e horizontal, infraestruturas de gás natural (em falta na Rua Cega), qualificação de passeios, e também a pavimentação e construção de infraestruturas de águas pluviais na rua da Dória.

Com esta obra a CMA pretende melhorar não só as condições rodoviárias, mas também as de segurança e bem-estar para os moradores e as muitas crianças que aqui circulam, tendo em conta os estabelecimentos de ensino circundantes.

5. <u>Atualização das rendas e regularização de dívidas nas Habitações Sociais</u>

Na gestão da CMA a área da Habitação Social é uma prioridade política importante, que assumimos com uma abordagem total e integrada nas suas várias dimensões.

Das notas do diagnóstico que fizemos no mandato anterior 2013/2017, destacamos, uma relação distante da CMA com os seus Inquilinos, necessidade de realização de muitas obras de qualificação de fogos e de prédios, problemas de dívidas de Moradores e ex-Moradores algumas com muitos anos, disfunções regulamentares, tratamento desigual e sem princípios de gestão pela CMA, entre outros.

Muitas foram as ações realizadas para mudar radicalmente esse estado de coisas no mantado anterior e no atual, assumindo a CMA o seu papel de acompanhamento diário dos seus

Inquilinos em termos sociais, providenciando um novo regulamento, executando projetos e obras de qualificação física, com a devida sustentabilidade técnica e financeira, envolvendo recursos próprios da CMA assim como Fundos Comunitários do Portugal 2020, nomeadamente no âmbito do PEDUCA para operações nos Bairros Sociais de Santiago, Griné e Caião.

Atualização das rendas

Assim sendo, Executivo Municipal deliberou aprovar os resultados decorrentes da atualização dos processos de morador, designadamente, no que concerne às alterações de agregado familiar, das rendas apoiadas, rendas máximas, rendas mínimas e, respetivos faseamentos. Na mesma Reunião, autorizou a periocidade trienal para a reavaliação pela autarquia das circunstâncias que determinam o valor da renda, em conformidade com o Regulamento Municipal de Habitação Social Propriedade do Município de Aveiro.

A atualização das rendas faz a aplicação da nova Lei e do novo Regulamento Municipal, e aplica toda a informação recolhida no processo de atualização recentemente realizado junto dos Inquilinos da CMA (rendimentos, composição do agregado familiar,...).

Assim sendo, a Renda Mínima foi fixada uniformemente em 21,45 euros para todas as habitações sociais, valor correspondente a 5 por cento do Indexante de Apoios Sociais (428,90 euros). Por sua vez a Renda Máxima corresponde à máxima aplicada aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda Condicionada.

CMA assume 250 mil euros de dívidas de antigos moradores

Em janeiro e abril de 2018 foram elaborados dois Relatórios que apresentavam a situação de um conjunto de antigos moradores com rendas em dívida (desde 1984 e até 2016).

A regularização das dívidas de Antigos Moradores, que tem um valor total de 291.000€, vai ser feita com a declaração de prescrição de uma parte relevante (250.000€), de anulação da indeminização moratória de 50% e de ações de cobrança por acordo, sendo que, nas situações em que o acordo não seja possível, transporemos os processos para ações judiciais.

Desta forma, o Executivo Municipal deliberou aprovar a adoção prévia de procedimento de notificação para pagamento voluntário da dívida existente e caso decorridos 30 dias úteis, se o pagamento não for efetuado, remeter para cobrança coerciva das vívidas de ex-moradores que ainda não se encontrem prescritas.

O Executivo Camarário aprovou também por isso, o reconhecimento da prescrição da quantia remanescente em dívida sem indemnização moratória do valor de 250.438,52 mil euros, para dívidas com mais de cinco anos.

Regularização de dívidas com Atuais Moradores

A regularização das dívidas de Atuais Moradores, que tem um valor total de 280 mil euros, vai ser feita com a anulação da indemnização moratória de 50%, e com conjunto de medidas de caráter financeiro e social para colocar tudo na devida ordem, acionando planos de pagamento e de apoio social devidamente sustentáveis. Esta operação é também um ato de justiça para com a maioria dos Inquilinos da CMA que cumprem as suas obrigações, colocando todos num mesmo patamar de cumprimento.

A CMA tem 90 Inquilinos com rendas em dívida (18 por cento), sendo que no ano de 2017 o pagamento das rendas teve o elevado nível de cumprimento de 99 por cento, o que se regista como muito positivo.

O Executivo Municipal deliberou aprovar ainda a implementação do novo procedimento interno, criação da equipa de trabalho para acompanhamento e monitorização da renda apoiada do parque habitacional da CMA, bem como a minuta de acordo de pagamento e de confissão dívida, como referido, com moradores que tenham dívidas.

Dados importantes

É importante referir alguns dados estatísticos e algumas informações relevantes que caraterizam estes processos:

- 1. A CMA assumiu a opção política de manter a taxa de esforço dos Inquilinos da CMA bem abaixo do valor máximo estabelecido por Lei que é de 23% (percentagem do rendimento do agregado familiar afeto ao pagamento da renda);
- 2. Com as novas rendas que serão ativadas no dia 1 de agosto de 2018, a taxa de esforço tem a seguinte distribuição de valor: 259 Inquilinos têm uma taxa de esforço de 0% a 10%, 206 de 10% a 20% e 9 de 20% a 23%, coincidindo as mais altas taxas de esforço a valores de rendimento mais altos. A taxa de esforço média dos Inquilinos CMA é atualmente de 9% passando com a atualização das rendas a ser de 14%;
- 3. O rendimento médio dos agregados familiares Inquilinos da CMA aumentou 20% nos últimos nove anos (132€ por mês): de 2009/2010 para 2017/2018, passou de 666€ para 798€ por mês;
- 4. Essa circunstância, agregada às novas definições da Lei e do Regulamento, com a alteração da renda mínima (5% do IAS) de 5,05€ para 21,45€, fazem com que tenhamos 415 Moradores cuja renda sobe: 196 têm um aumento entre os 10€ e os 50€, 72 têm um aumento entre os 50€ e os 100€. A média mensal da renda é de 47,47€ e vai passar a ser de 94,61€,

sendo que, quando o valor da nova renda representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, a aplicação do aumento é faseada em três anos (1/3 em cada ano). Temos 59 Moradores cujo valor da renda desce;

5. Na alteração ao Regulamento do Fundo de Apoio às Famílias (FAF) que estamos a desenvolver, vamos implementar uma alteração que visa que possamos utilizar os apoios financeiros do FAF para apoiar agregados familiares Inquilinos da CMA que tenham essa necessidade, o que até então não é permitido, propiciando assim o apoio complementar ao da renda social a quem dele necessitar.

Esta é pois uma operação de grande importância para o alcançar de um bom ponto de equilíbrio na gestão da Habitação Social da CMA, com critérios, justa e equilibrada, sustentável em termos técnicos e sociais, devidamente financiada pela CMA e pelos seus Utilizadores na medida das possibilidades de cada um.

Prosseguiremos o investimento de grande dimensão que estamos a concretizar na Habitação Social, realçando os 42 fogos que vamos entregar às Famílias que ganharam esse direito no concurso recentemente realizado, concretizando investimentos relevantes que se encontram em diferentes fases, sendo que em obras em curso e adjudicadas temos um valor atual total de cerca de quatro milhões de euros, e fazendo diariamente o acompanhamento técnico dos Inquilinos CMA com ações e programas que aumentem o seu nível de integração social e de qualidade de vida.

6. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Executivo Municipal deliberou aprovar a proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), de acordo com o estabelecido no Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e que incluí o "Diagnóstico" (de caracterização do território), o "Plano de Ação" e o "Plano Operacional Municipal".

O referido Plano é um instrumento operacional, que abrange toda a área florestal do Município e que pretende atuar ao nível da prevenção sensibilização, vigilância, detecção e supressão, intervindo estrategicamente ao nível da defesa da floresta contra incêndios.

Apresentado a 19DEZ14 e apesar do parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, acabou por não ser aprovado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), devido ao facto de existir uma posição diferente na interpretação da legislação por parte da CMA, relativo aos "condicionalismos de edificação".

No entanto, com a publicação da Lei n.º76/2017 de 17AGO18 que procede à quinta alteração do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, é dada nova redacção à definição da área edificada consolidada, possibilitando ultrapassar o problema que em 2014 impediu a aprovação formal do PMDFCI, sendo que a CMA implementou a sua gestão em termos operacionais.

Tal como a Lei obriga, o "Plano Operacional Municipal" do PMDFCI foi também já aprovado por unanimidade em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

7. <u>Conclusão das obras de Urbanização no Loteamento de N.ª Sr.ª da Saúde,</u> <u>Patela, em São Bernardo</u>

O Executivo Municipal tomou conhecimento do despacho do Presidente, que autorizou a a aprovação dos trabalhos remanescentes para a conclusão das obras de urbanização e abertura do concurso pelo valor base de 38,300 mil euros (+ IVA), com um prazo de execução previsto de 45 dias.

A empreitada tem como finalidade a requalificação e construção de novos passeios, a construção de um murete, a plantação de árvores na Urbanização.

8. <u>Alterações ao Contrato de Concessão de Transportes e do Centro</u> Coordenador de Transportes

Com o início da Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros e Viaturas, e do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro, que ocorreu a 01JAN17, foi definido o modelo de remuneração do concessionário, tendo por base o número estimado de quilómetros e de travessias de ferry e lancha, e na quantidade estimada de passes comparticipados pela CMA.

Após um ano efetivo de implementação da concessão verificou-se um aumento de circulações rodoviárias, e, em consequência, um aumento de quilómetros produzidos, de 630 mil quilómetros/ano, para 925,648 mil quilómetros/ano, devido a ajustamentos de horários e frequências de carreiras, por forma a adaptar a oferta à procura, respondendo com mais qualidade às necessidades da população a partir de 06MAR17, alterações que se vieram a confirmar ao longo do ano como de relevante valor, tendo-se atingido uma patamar bom ao nível da qualidade da operação.

Da mesma forma, registou-se um aumento de travessias em lancha, por redução das travessias em ferry, bem como ao aumento do número de passes comparticipados, escolares, funcionários e 3ª idade.

Perante estas alterações e de acordo com o contratualizado, o Executivo Municipal deliberou autorizar o aumento da prestação económico-financeira anual para a compensação acrescida dos transportes públicos rodoviários no montante de 160.203,29 mil euros (+ IVA), para o ano de 2017, o que constitui um aumento dos custos da CMA com a concessão de cerca de 15%.

O processo segue para a Assembleia Municipal.

9. <u>Memorando de Entendimento para a Regularização Conjunta do Património</u> entre a UA e a CMAveiro

O Executivo Municipal deliberou tomar conhecimento do "Memorando de Entendimento para a Regularização Conjunta do Património, celebrado entre a Câmara Municipal de Aveiro (CMA) e a Universidade de Aveiro (UA).

As partes acordaram em criar procedimentos e metas para regularizar e formalizar as implicações patrimoniais de todas as medidas de cooperação oficiosamente desenvolvidas e de outros atos já realizados, bem como a contratualização futura dos que se realizarem, relativos ao património identificado.

Este processo é de elevada importância tendo em conta os vários investimentos da CMA que se encontram em fase de projeto, devidamente acompanhados pela UA, e que visam melhorar as acessibilidades da Cidade ao Campus Universitário, assim como cuidar de uma mais qualificada integração urbana do Campus na Cidade.

O acordo alcançado sob a forma de "Memorando de Entendimento para a regularização conjunta do património" da CMA/UA, foi já validado pelo Conselho de Curadores da UA em reunião do passado dia 3 de maio, prosseguindo agora o trabalho técnico por uma equipa mista para tratar de todos os pormenores formais que executem este memorando.

10. Alienação do Terreno do Antigo Matadouro em Aradas

O Executivo Municipal deliberou aprovar a proposta de alienação, mediante recurso a hasta pública, do terreno urbano situado na Rua do Sacobão à antiga Estrada Nacional 109, conhecido como "Terreno do Antigo Matadouro", pelo valor base de licitação de 2.550.000 euros.

Verificando-se o interesse imobiliário crescente em espaços disponíveis para construção na Cidade de Aveiro e sendo este um terreno urbano disponível para o efeito, a CMA considera desta forma oportuna a sua comercialização.

O processo segue para a Assembleia Municipal.

11. <u>Projeto "Judo na Escola" de Aveiro é uma referência nacional</u>

O Campeão Olímpico Nuno Delgado, através da sua Escola de Judo em Aveiro, realizou um evento de Homenagem a Nelson Mandela, fazendo chegar à CMA, algumas recordações do momento, que foram dadas a conhecer ao Executivo Municipal, assim como uma carta endereçada ao Presidente da Câmara, na qual Nuno Delgado reitera que "o projeto em Aveiro" de Judo na Escola é "uma referência a nível nacional", com capacidade para "crescer ainda mais".

"Judo na Escola" é uma atividade promovida pela Câmara Municipal de Aveiro, e no qual a Escola de Judo Nuno Delgado está associada enquanto entidade parceira. Trata-se de um projeto que visa a promoção da modalidade de Judo, junto de todos os alunos que frequentam o 2º e 4º anos de escolaridade.

Agradecemos toda a atenção dispensada e apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Simão Pedro Santana Assessor de Comunicação do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro